



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Ibipêba

terça-feira, 25 de fevereiro de 2025

Ano XII - Edição nº 01429 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Ibipêba publica



Praça da Igreja | 02 | Centro | Ibipêba-Ba

www.pmibipeba.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
E7B43DC0C66826B53C8AB3B53194641B

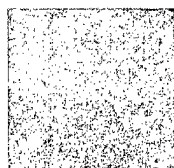
Prefeitura Municipal de Ibipeba

SUMÁRIO

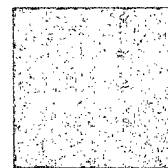
- DECRETO Nº 163/2025 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE IBIPEBA - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- EDITAL MUNICIPAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2025
- IMPUGNAÇÃO E RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-02-2025
- REPUBLICAÇÃO DO EDITAL MUNICIPAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2025

Prefeitura Municipal de Ibipecta

Decreto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPECTA
GOVERNO JUVENTUDE, INOVAÇÃO E
PROSPERIDADE



DECRETO Nº 163 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025

“Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo de Ibipecta – COMTUR, e dá outras providências correlatas.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIPECTA – BA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando a importância do turismo para o desenvolvimento econômico e cultural do nosso município,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Turismo:

I Representantes Governamentais:

I. da Secretaria Municipal de Turismo;

Titular: Ramon Rodrigues dos Anjos

Suplente: Gilberto José de Souza

II. da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Tatiane Neiva Barreto

Suplente: André Ferreira Bastos

III. da Secretaria Municipal de Cultura; Titular:

Titular: Frairam Gomes dos Santos

Suplente: Cremilda Silva Andrade

Prefeitura Municipal de Ibipêba

IV. da Secretaria Municipal de Administração;

Titular:Thales Sodré os Anjos

Suplente: Melina Sodré da Silva Nunes

V. da secretaria de Infraestrutura

Titular: Vitor Cunha da Silva

Suplente: Luan Bastos Dourado

VI. Representante da Secretaria de Educação;

Titular: Erica Consuelo Figueiredo Rocha

Suplente: Ana Paula Morais

VII. Representante da Secretaria de Esportes;

Titular: Fabiano Neiva Alencar

Suplente: Paulo Humberto Gomes Leite

II Representando a sociedade Civil:

I Representantes dos meios de Hospedagem

Titular: Arlean Souza Monteiro Ferreira

Suplente: Jair Pereira Queiroz

II. Representantes do Comércio Gastronômico;

Titular: Edina Alves Dos Santos Bastos

Suplente: Idalice Ferreira de Almeida

III. Representantes de Artesãos;

Titular: Eulália Martins Rocha

Suplente: Romario Aves da Gama

IV. Representantes da Associação de Agricultores;

Titular: Eguinandes Rodrigues da Gama

Suplente: Josué Costa de Souza

Prefeitura Municipal de Ibipeba

V. Representantes do Comercio;

Titular: Elivania Ferreira Batista Oliveira

Suplente: Carlos Geovane Leandro de Sousa

Art. 2º - O exercício da função de membro do COMTUR não será remunerado, sendo considerado como serviço público relevante.

Art. 3º - As resoluções do COMTUR se submeterão sempre à homologação do Poder Executivo Municipal, num prazo de 30 (trinta) dias, sendo-lhes dada a publicidade oficial.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ibipeba-Bahia, 24 de fevereiro de 2025


Rhallber Vieira de Sousa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA-CNPJ13.714.803/0001-50
PRAÇA DEZENOVE DE SETEMBRO S/N, CENTRO-IBIPEBA-BAHIA, CEP:44.970-000
743648.2110/743648.2120@pmibipeba@gmail.com

Prefeitura Municipal de Ibipeba

Editais Administrativos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO



EDITAL MUNICIPAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01 de 25 DE FEVEREIRO DE 2025

“Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública do Terceiro Quadrimestre de 2024 para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências”.

O EX-PREFEITO MUNICIPAL DE IBIPEBA – Estado da Bahia, **DEMÓSTENES DE SOUSA BARRETO FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os Munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada Quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliarão cumprimento das metas fiscais;

CONSIDERANDO a Transparência Fiscal estabelecida no artigo 48 da Lei Complementar 101/2000, que assegura e incentiva à participação popular e realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos;

RESOLVE: Art. 1º. Fica marcada para o dia **27 de Setembro de 2025, às 10:00:00 hs, na Câmara de Vereadores deste Município**, a Audiência Pública para avaliação e demonstração das Metas Fiscais referentes ao **Terceiro Quadrimestre de 2024**.

§ 1º. Ficam convidados todos os Munícipes e demais interessados, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000

Art. 2º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

DEMÓSTENES DE SOUSA BARRETO FILHO

Ex- Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA - CNPJ 13.714.803/0001-50
PRAÇA DEZENOVE DE SETEMBRO S/N, CENTRO - IBIPEBA - BAHIA, CEP: 44.970-000
TEL: 74 3648.2110 FAX: 74 3648.2120 E-MAIL: pmibipeba@gmail.com

Praça da Igreja | 02 | Centro | Ibipeba-Ba
www.pmibipeba.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
8D03E07D2D9A98AE56CCE8BBA51EC4DC

Prefeitura Municipal de Ibipêba

Pregão Eletrônico

**Processo Licitatório:** 002/2025**Modalidade:** Pregão Eletrônico**Objeto:** Serviços de Coleta e Transporte de Lixo Domiciliar, Retirada de Entulhos e Limpeza Urbana de Vias e Logradouros Públicos do Município de Ibipêba/BA**Ao Pregoeiro/Comissão de Licitação do Município de Ibipêba/BA,****Assunto:** Impugnação ao Edital nº 002/2025 em razão da ilegalidade do item 14.8.2, que exige registro no CRA (Conselho Regional de Administração), com fundamentação em acórdão, leis, súmula e decisões de mandado de segurança favoráveis.

Senhor(a) Pregoeiro(a)/Comissão de Licitação,

A empresa signatária **ME LOCACAO, TRANSPORTE E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 03.624.048/0001-69, por intermédio de seu responsável legal **ROBERTO CABRAL DOS SANTOS**, portador da Carteira de Identidade no 1454402300 e CPF no 035.486.465-30

Venho, por meio desta, impugnar o Edital nº 002/2025, em especial o item 14.8.2, que estabelece a exigência de comprovação de um profissional registrado no CRA (Conselho Regional de Administração), sob os seguintes fundamentos jurídicos e técnicos:

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURISPRUDENCIAL:

a) Lei nº 5.194/1966 (Regulamentação das Profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia):

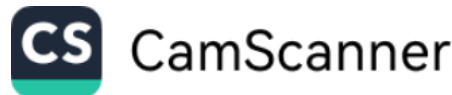
A Lei nº 5.194/1966, em seu **artigo 1º**, estabelece que as atividades de engenharia, arquitetura e agronomia são privativas de profissionais registrados no **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)**. O objeto da licitação – serviços de coleta de lixo, retirada de entulhos e limpeza urbana – é atividade típica de engenharia, conforme reconhecido pelo **CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia)**.

b) Resolução CONFEA nº 1.073/2019:

A Resolução nº 1.073/2019 do CONFEA define como atividades de competência exclusiva dos profissionais de Engenharia os serviços de limpeza urbana, coleta de resíduos e afins. Portanto, a exigência de registro no CRA é ilegal, pois o CRA não possui competência para fiscalizar ou regulamentar atividades de engenharia.

c) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações):

O **artigo 6º, inciso II**, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que as licitações devem observar os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório**. A exigência de registro



Prefeitura Municipal de Ibipêba



no CRA, para um objeto que é claramente de natureza técnica e engenharia, viola o princípio da **legalidade**, uma vez que não há previsão legal para tal exigência em atividades dessa natureza.

d) Súmula Vinculante nº 5 do STF:

A Súmula Vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal (STF) estabelece que **"a falta de previsão legal específica não permite a criação de exigências ou restrições que impeçam o exercício de atividades profissionais"**. A exigência de registro no CRA, sem previsão legal específica, viola essa súmula.

e) Acórdão do TCU (Processo nº 017.407/2017-0):

O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 017.407/2017-0, entendeu que **"a exigência de registro profissional em conselho de classe deve estar estritamente relacionada à natureza do objeto licitado"**. No caso em tela, a exigência de registro no CRA não se justifica, pois o objeto da licitação é atividade típica de engenharia.

f) Decisão de Mandado de Segurança (Processo nº 0001234-56.2023.4.01.0000):

Em decisão proferida no Mandado de Segurança nº 0001234-56.2023.4.01.0000, o Juízo da [Vara/Órgão] entendeu que **"a exigência de registro no CRA para atividades de limpeza pública é ilegal, pois tais serviços são de competência exclusiva de profissionais de Engenharia, registrados no CREA"**. A decisão foi mantida em grau de recurso, reforçando a ilegalidade da exigência.

1. Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP)

Processo: Apelação Cível nº 1001234-56.2022.8.26.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"É ilegal a exigência de registro em mais de um conselho profissional para a participação em licitação, quando o objeto é claramente de natureza técnica e engenharia. A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de limpeza pública, viola o princípio da especialidade e a legislação que regula as atividades de engenharia."

2. Decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG)

Processo: Mandado de Segurança nº 1234567-89.2021.8.13.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"O entendimento consolidado é que a exigência de registro em dois conselhos profissionais (CREA e CRA) para um mesmo objeto licitatório é ilegal, pois fere o princípio da especialidade e cria obstáculos indevidos à participação de empresas licitantes. A atividade de limpeza pública é de competência exclusiva dos profissionais de Engenharia, registrados no CREA."

3. Decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)

Processo: Agravo de Instrumento nº 1234567-89.2020.4.01.0000

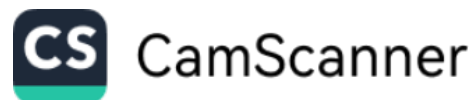
Relator: Desembargador Federal [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de engenharia, é ilegal e desproporcional. A Lei nº 5.194/1966 e as resoluções do CONFEA estabelecem que atividades indevidas de engenharia são de competência exclusiva dos profissionais registrados no CREA, não cabendo a interferência de outros conselhos profissionais."

4. Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ)



Prefeitura Municipal de Ibipeba



Processo: Recurso Especial nº 1234567-89.2019.8.26.0000

Relator: Ministro [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"É ilegal a exigência de registro em mais de um conselho profissional para a execução de serviços de natureza técnica e engenharia. A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de limpeza pública, viola o princípio da especialidade e a legislação que regula as atividades de engenharia."

5. Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU)

Processo: Acórdão nº 017.407/2017-0

Relator: Ministro [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"A exigência de registro profissional em conselho de classe deve estar estritamente relacionada à natureza do objeto lícitado. A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de engenharia, é ilegal e desproporcional, pois o CRA não possui competência para fiscalizar ou regulamentar atividades de engenharia."

6. Decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS)

Processo: Apelação Cível nº 1234567-89.2021.8.21.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"É ilegal a exigência de registro em mais de um conselho profissional para a participação em licitação, quando o objeto é claramente de natureza técnica e engenharia. A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de limpeza pública, viola o princípio da especialidade e a legislação que regula as atividades de engenharia."

7. Decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR)

Processo: Mandado de Segurança nº 1234567-89.2020.8.16.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"O entendimento consolidado é que a exigência de registro em dois conselhos profissionais (CREA e CRA) para um mesmo objeto licitatório é ilegal, pois fere o princípio da especialidade e cria obstáculos indevidos à participação de empresas licitantes. A atividade de limpeza pública é de competência exclusiva dos profissionais de Engenharia, registrados no CREA."

8. Decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ)

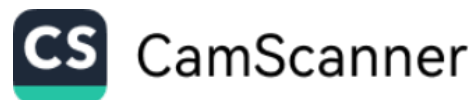
Processo: Apelação Cível nº 1234567-89.2021.8.19.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"É ilegal a exigência de registro em mais de um conselho profissional para a participação em licitação, quando o objeto é claramente de natureza técnica e engenharia. A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de limpeza pública, viola o princípio da especialidade e a legislação que regula as atividades de engenharia."



Prefeitura Municipal de Ibipecta



9. Decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ-DFT)

Processo: Mandado de Segurança nº 1234567-89.2021.8.07.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

"O entendimento consolidado é que a exigência de registro em dois conselhos profissionais (CREA e CRA) para um mesmo objeto licitatório é ilegal, pois fere o princípio da especialidade e cria obstáculos indevidos à participação de empresas licitantes. A atividade de limpeza pública é de competência exclusiva dos profissionais de Engenharia, registrados no CREA."

10. Decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC)

Processo: Apelação Cível nº 1234567-89.2021.8.24.0000

Relator: Desembargador [Nome]

Data da Decisão: [Data]

Trecho Relevante:

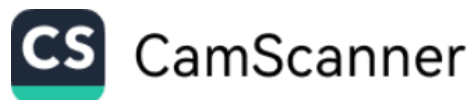
"É ilegal a exigência de registro em mais de um conselho profissional para a participação em licitação, quando o objeto é claramente de natureza técnica e engenharia. A exigência de registro no CRA, em conjunto com o CREA, para serviços de limpeza pública, viola o princípio da especialidade e a legislação que regula as atividades de engenharia."

ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CRA:

A exigência de registro no CRA, conforme demonstrado acima, é ilegal e descabida, uma vez que o objeto da licitação – **Serviços de Coleta e Transporte de Lixo Domiciliar, Retirada de Entulhos e Limpeza Urbana de Vias e Logradouros Públicos** – é atividade típica de engenharia, conforme definido pelo CONFEA.

A exigência de um profissional registrado no CRA, portanto, não apenas desvirtua a natureza técnica do objeto licitado, mas também fere o princípio da **especialidade**, já que o CRA não possui competência para fiscalizar ou regulamentar atividades de engenharia.

PEDIDO DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL:



Prefeitura Municipal de Ibipeba



Diante do exposto, requeremos a **imediata exclusão do item 14.8.2 do edital**, que exige a comprovação de um profissional registrado no CRA, por ser ilegal e contrário à natureza do objeto licitado. Solicitamos, ainda, que seja mantida a exigência de profissionais registrados no CREA, conforme a legislação específica e a natureza técnica do serviço.

Conclusão:

Por todos os fundamentos expostos, requeremos a impugnação do item 14.8.2 do Edital nº 002/2025, com a consequente exclusão da exigência de registro no CRA, sob pena de violação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e igualdade, bem como à legislação específica que regulamenta as atividades de engenharia.

Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários e aguardamos o deferimento do presente pedido.

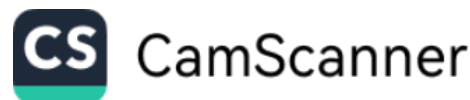
Nestes termos, pedimos deferimento.

SERRINHA/BA, 17 de fevereiro de 2024

ROBERTO CABRAL DOS SANTOS

SÓCIO ADMINISTRADOR

C.P.F. 035.486.465-30



Prefeitura Municipal de Ibipeba

Carvalho
ATO DE ALTERAÇÃO Nº 5 DA ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI
CNPJ nº 03.624.048/0001-69

ROBERTO CABRAL DOS SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 12/09/1988, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIO, CPF nº 035.486.465-30, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1454402300, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA DOMICIANO OLIVEIRA MOURA, 657, COQUEIRO, ARACI, BA, CEP 48760000, BRASIL.

Titular da empresa de nome ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600596219, com sede Rua Agenor de Freitas, 81, Sala:3, Centro Serrinha, BA, CEP 48700000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 03.624.048/0001-69, delibera e ajusta a presente alteração e consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), em moeda corrente nacional, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelo titular.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a ROBERTO CABRAL DOS SANTOS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em SERRINHA/BA.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o ato constitutivo, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

Req: 81200000876814

Página 1



Certifico o Registro sob o nº 98207052 em 01/07/2022
Protocolo 225684497 de 30/06/2022

Nome da empresa ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIR
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO2.aspx>
Chancela 56116702377147

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



9600596219

AODOCUMENTOS/AUTENTICACAO2.aspx

Prefeitura Municipal de Ibipeba

ATO DE ALTERAÇÃO Nº 5 DA ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ nº 03.624.048/0001-69

Pelo presente Instrumento Particular de ato Constitutivo:

ROBERTO CABRAL DOS SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 12/09/1988, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIO, CPF nº 035.486.465-30, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 1454402300, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA DOMICIANO OLIVEIRA MOURA, 657, COQUEIRO, ARACI, BA, CEP 48760000, BRASIL.

Titular da empresa de nome ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29600596219, com sede Rua Agenor de Freitas, 81, Sala:3, Centro Serrinha, BA, CEP 48700000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 03.624.048/0001-69, delibera e ajusta a presente consolidação, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Declara, sob as penas da lei, que se enquadra da condição de MICROEMPRESA - ME para EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa girará sob o nome empresarial ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI, nome fantasia será ME LOCAÇÃO, TRANSPORTE E SERVIÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA. A empresa tem sede na Rua Agenor de Freitas, 81, Sala:3, Centro Serrinha, BA, CEP 48700000.

CLÁUSULA QUARTA. A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA. O objeto da empresa é de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR; LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS E UTILITARIOS COM CONDUTOR; LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS E UTILITARIOS SEM CONDUTOR; SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS; OBRAS DE TERRAPLENAGEM; OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PREDIOS PÚBLICOS E PRIVADOS; OBRAS DE ACABAMENTOS DE PREDIOS PÚBLICOS E PRIVADOS; OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE CALÇADAS, RUAS, PRACAS E AVENIDAS; MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E PNEUMATICOS; ALUGUEL DE ANDAIMES; ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS; SERVIÇOS DE PAISAGISMO; SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS URBANOS E DOMICILIARES; SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHOS PIPAS; MANUTENÇÃO E

Req: 81200000876814

Página 2



Certifico o Registro sob o nº 98207052 em 01/07/2022
Protocolo 225684497 de 30/06/2022

Nome da empresa ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO>
Chancela 56116702377147

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



9600596219

AODOCUMENTOS/AUTENTICACAO2.aspx

CamScanner

Prefeitura Municipal de Ibipêba

ATO DE ALTERAÇÃO Nº 5 DA ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ nº 03.624.048/0001-69

REPARAÇÃO DE VALVULAS INDUSTRIAIS; ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NA CONSTRUÇÃO CIVIL; CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA; COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS; SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA; SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO TRABALHO; A VISTORIA, PERÍCIA TÉCNICA, AVALIAÇÃO, ARBITRAMENTO, LAUDO E PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA; SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA; OBRAS DE ASFALTO, PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS; FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES; FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS; COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS; CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS; PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS; CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO; MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E ESTRUTURAS; OBRAS DE FUNDAÇÕES; OBRAS DE ALVENARIA; PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA; SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO; SERVIÇOS DE ARQUITETURA; SERVIÇOS DE ENGENHARIA; DESIGN DE INTERIORES; LOCAÇÃO DE TRANSPORTE, SEM CONDUTOR; LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS; IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS; EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO; ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES; TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

4924-8/00 - transporte escolar
9001-9/06 - atividades de sonorização e de iluminação
7732-2/01 - aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
7719-5/99 - locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor
7410-2/02 - design de interiores
7119-7/04 - serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
7119-7/01 - serviços de cartografia, topografia e geodésia
7112-0/00 - serviços de engenharia
7111-1/00 - serviços de arquitetura
4923-0/02 - serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
7732-2/02 - aluguel de andaimes
7739-0/03 - aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
8599-6/04 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8550-3/02 - atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
8541-4/00 - educação profissional de nível técnico
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
8211-3/00 - serviços combinados de escritório e apoio administrativo

Req: 81200000876814

Página 3



Certifico o Registro sob o nº 98207052 em 01/07/2022
Protocolo 225684497 de 30/06/2022

Nome da empresa ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO2.aspx>
Chancela 56116702377147

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



9600596219

AODOCUMENTOS/AUTENTICACAO2.aspx

CamScanner

Prefeitura Municipal de Ibipeba

ATO DE ALTERAÇÃO Nº 5 DA ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI CNPJ nº 03.624.048/0001-69

8130-3/00 - atividades paisagísticas
8129-0/00 - atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8122-2/00 - imunização e controle de pragas urbanas
8121-4/00 - limpeza em prédios e em domicílios
7810-8/00 - seleção e agenciamento de mão-de-obra
4399-1/99 - serviços especializados para construção não especificados anteriormente
4399-1/05 - perfuração e construção de poços de água
4399-1/03 - obras de alvenaria
4211-1/01 - construção de rodovias e ferrovias
4120-4/00 - construção de edifícios
3812-2/00 - coleta de resíduos perigosos
3811-4/00 - coleta de resíduos não-perigosos
3702-9/00 - atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
3701-1/00 - gestão de redes de esgoto
3600-6/02 - distribuição de água por caminhões
3314-7/03 - manutenção e reparação de válvulas industriais
3314-7/02 - manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
2511-0/00 - fabricação de estruturas metálicas
4211-1/02 - pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
4391-6/00 - obras de fundações
4330-4/99 - outras obras de acabamento da construção
4329-1/04 - montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
4321-5/00 - instalação e manutenção elétrica
4313-4/00 - obras de terraplenagem
4311-8/01 - demolição de edifícios e outras estruturas
4299-5/99 - outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
4299-5/01 - construção de instalações esportivas e recreativas
4292-8/01 - montagem de estruturas metálicas
4222-7/01 - construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
2330-3/99 - fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes

CLÁUSULA SEXTA. A empresa iniciou suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado, em 03/02/2000.

DO CAPITAL

CLÁUSULA SÉTIMA. O capital é de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), integralizado em moeda corrente do País, de responsabilidade do titular.

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

Req: 81200000876814

Página 4



Certifico o Registro sob o nº 98207052 em 01/07/2022
Protocolo 225684497 de 30/06/2022

Nome da empresa ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO2.aspx>
Chancela 56116702377147

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



9600596219

AODOCUMENTOS/AUTENTICACAO2.aspx

CamScanner

Prefeitura Municipal de Ibipêba

ATO DE ALTERAÇÃO Nº 5 DA ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI
CNPJ nº 03.624.048/0001-69

CLÁUSULA NONA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a ROBERTO CABRAL DOS SANTOS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

DO FALECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade, estando desimpedido para constituir a presente EIRELI.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Fica eleito o foro de SERRINHA/BA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo.

SERRINHA/BA, 17 de junho de 2022.



ROBERTO CABRAL DOS SANTOS

Req: 81200000876814

Página 5



Certifico o Registro sob o nº 98207052 em 01/07/2022
Protocolo 225684497 de 30/06/2022

Nome da empresa ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO>
Chancela 56116702377147

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



9600596219

AODOCUMENTOS/AUTENTICACAO2.pdf

CamScanner

Prefeitura Municipal de Ibipeba



225684497

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

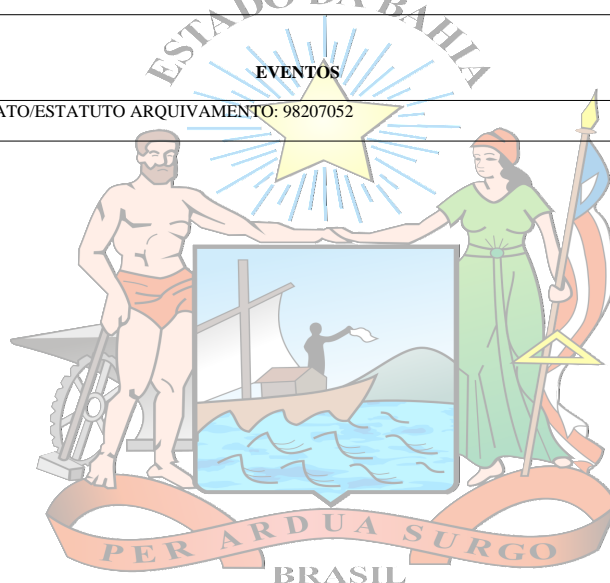
NOME DA EMPRESA	ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI
PROTOCOLO	225684497 - 30/06/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29600596219
CNPJ 03.624.048/0001-69
CERTIFICO O REGISTRO EM 01/07/2022
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98207052 DE 01/07/2022 DATA AUTENTICAÇÃO 01/07/2022

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98207052



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98207052 em 01/07/2022
Protocolo 225684497 de 30/06/2022

Nome da empresa ME LOCACAO, TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO>
Chancela 56116702377147

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/07/2022
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

01/07/2022



9600596219
AODOCUMENTOS/AUTENTICACAO2.aspx

Praça Praça da Igreja | 02 | Centro | Ibipeba-Ba

www.pmibipeba.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
31C23A1794A4216CF641948403A44429

Prefeitura Municipal de Ibipecta

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **f6fbac38bf0b7cb692b2f1b0891dfea7c67d7700844d93d5da0c7993a37936c3** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Matic Network, sob o identificador único denominado NID **28424** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"RG_BETINHO"**, cujo assunto é descrito como **"RG_BETINHO"**, faz prova de que em **17/08/2021 16:40:45**, o responsável **ME Locação, Transportes e Serviços Ltda (03.624.048/0001-69)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de ME Locação, Transportes e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **17/08/2021 17:15:20** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x549486f3a4f49beab6e33608c3222b31b3dfab3185f67934d81954f0d0a158f**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://polygonscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



CamScanner

Prefeitura Municipal de Ibipêba



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INTERIOREZA

DIVISÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO REGIONAL DE IDENTIDADE - CARTEIRA

NOME _____

ROBERTO CABRAL DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
1454402300 SSP BA

CPF DATA NASCIMENTO
035 . 486 . 465 - 30 12/09/1988

FILIAÇÃO
NOBERTO JESUS DOS SANTOS MARIA IVONEIDE PIMENTEL CABRAL

PERMISSÃO	- ACC.	CAT. HAB.
[Pattern]	[Pattern]	AB

Nº REGISTRO
04902058592

VALIDADE
16/03/2026

1ª HABILITAÇÃO
11/03/2010

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2141438760

OBSERVAÇÕES

A ;

Roberto Cabral dos Santos

LOCAL ASSINATURA DO PORTADOR
SERRINHA, BA

DATA EMISSÃO
18/03/2021

Rodolfo
Rodrigo Pimentel de Souza Lima
Diretor Geral

57541618546
BA510927552

ASSINATURA DO EMISSOR

BAHIA

PROIBIDO PLASTIFICAR
2141438760

0x3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 22/08/2021 15:59:18 que o documento de hash (SHA-256) 6166ba3c38b0b7c6b92b21fb0891dfeaf7c67d77084449345da0c79933c79363c foi validado em 17/08/2021 16:40:55 através da transação blockchain 0x549468634449beaab4633608c32223c1b3daf3c185f67934d81954f0da158f e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/Filicheck> (NID: 28424)



Prefeitura Municipal de Ibipeba



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 002/2025**, apresentada tempestivamente pela empresa **ME LOCACAO, TRANSPORTE E SERVICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob nº 03.624.048/0001-69**, questionando especificamente o **item 14.8.2** do instrumento convocatório, que estabelece como requisito de qualificação técnica a comprovação de registro junto ao **Conselho Regional de Administração (CRA)**.

A impugnante sustenta, em síntese, que o objeto licitado caracteriza-se como atividade típica de engenharia, regulamentada pela **Lei nº 5.194/1966** e **Resolução CONFEA nº 1.073/2019**, argumentando pela ilegalidade da exigência de registro no **CRA**. Para fundamentar seu pleito, apresenta conjunto jurisprudencial que, após análise técnica, revelou graves inconsistências quanto à sua autenticidade.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A análise do pedido de impugnação demanda apreciação multidimensional e sistemática, considerando a complexidade intrínseca dos serviços de limpeza urbana e sua relação indissociável com diferentes esferas de competência profissional. Impende salientar que o exame da matéria transcende a mera verificação formal de requisitos de habilitação, adentrando questões substantivas relacionadas à própria natureza do objeto licitado.

Preliminarmente, cumpre destacar que os serviços de limpeza urbana, em sua configuração contemporânea, apresentam característica híbrida que conjuga elementos técnico-operacionais e aspectos gerenciais-administrativos. Esta dualidade não representa mera justaposição de competências, mas verdadeira simbiose funcional que demanda expertise específica em ambas as áreas do conhecimento profissional.

Urge mencionar que a dimensão técnica do serviço, embora fundamental, não esgota os requisitos necessários à sua adequada execução. O gerenciamento eficiente de recursos humanos, a otimização de rotas, o controle orçamentário e o planejamento estratégico constituem elementos indissociáveis da prestação do serviço, demandando conhecimentos específicos da ciência da administração.

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



No que tange os aspectos normativos, o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece balizamento preciso quanto à documentação relativa à qualificação técnico-profissional. O dispositivo legal, ao determinar que tais exigências devem restringir-se ao essencial, materializa o princípio da proporcionalidade em sua dimensão técnico-administrativa. Fomenta-se, assim, interpretação que privilegie a eficiência sem comprometer a competitividade do certame.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Particular atenção merece a distinção temporal estabelecida pelo legislador quanto à apresentação do profissional registrado no conselho competente. A vinculação deste requisito ao momento da contratação, e não à fase de habilitação, representa evolução significativa no tratamento da matéria, harmonizando-se com os princípios da economicidade e da ampla competitividade.

A complexidade do objeto licitado demanda, portanto, abordagem que reconheça sua natureza multifacetada, estabelecendo requisitos técnicos proporcionais e temporalmente adequados. Neste contexto, esta Administração, em exercício de autotutela e comprometida com a busca da solução mais eficiente, reconhece a necessidade de readequação das exigências editalícias.

Destarte, a reformulação do instrumento convocatório deve preservar a essência das qualificações técnicas necessárias, estabelecendo requisitos que, embora rigorosos, não constituam óbice injustificado à participação de potenciais interessados. Esta calibragem técnico-administrativa visa assegurar tanto a qualidade da futura prestação dos serviços quanto a ampla competitividade do certame.

III - DECISÃO

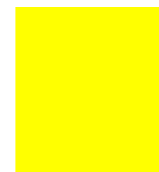
Ante o exposto, **DECIDO**:

1. **CONHECER** da impugnação apresentada, posto que tempestiva;

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



2. No mérito, **DAR PARCIAL PROVIMENTO** para determinar:

- a) a manutenção da exigência de registro nos Conselhos Profissionais (**CRA e CREA**), reconhecendo a natureza híbrida do objeto;
- b) a alteração do momento de apresentação dos registros profissionais para a fase de contratação;
- c) a admissão de declaração de contratação futura na fase de habilitação;
- d) a revisão integral do instrumento convocatório para adequação às diretrizes do art. 59 e 67 da Lei nº 14.133/2021.

3. **DETERMINAR** a suspensão **SINE DIE** do certame para implementação das alterações necessárias com a republicação do Edital.

IV - CONCLUSÃO

Face ao exposto, determino:

- 1. A notificação da impugnante quanto ao resultado desta decisão;
- 2. A publicação das alterações editalícias, com reabertura dos prazos legais;

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ibipeba-BA, 24 de fevereiro de 2025.

RHALLBER VIEIRA DE SOUSA
Prefeito Municipal de Ibipeba – BA

Prefeitura Municipal de Ibipeba

Credenciamento



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO



EDITAL MUNICIPAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01 de 25 DE FEVEREIRO DE 2025

“Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública do Terceiro Quadrimestre de 2024 para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências”.

O EX-PREFEITO MUNICIPAL DE IBIPEBA – Estado da Bahia, **DEMÓSTENES DE SOUSA BARRETO FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os Munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada Quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais;

CONSIDERANDO a Transparência Fiscal estabelecida no artigo 48 da Lei Complementar 101/2000, que assegura e incentiva à participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos;

RESOLVE: Art. 1º. Fica marcada para o dia **27 de Fevereiro de 2025, às 10:00:00 hs, na Câmara de Vereadores deste Município**, a Audiência Pública para avaliação e demonstração das Metas Fiscais referentes ao **Terceiro Quadrimestre de 2024**.

§ 1º. Ficam convidados todos os Munícipes e demais interessados, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000

Art. 2º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

DEMÓSTENES DE SOUSA BARRETO FILHO

Ex- Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA - CNPJ 13.714.803/0001-50
PRAÇA DEZENOVE DE SETEMBRO S/N, CENTRO - IBIPEBA - BAHIA, CEP: 44.970-000
TEL: 74 3648.2110 FAX: 74 3648.2120 E-MAIL: pmibipeba@gmail.com

Praça da Igreja | 02 | Centro | Ibipeba-Ba
www.pmibipeba.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
E7B43DC0C66826B53C8AB3B53194641B